

Argumentação e discurso científico numa perspectiva pragmática

Kanavillil Rajagopalan¹

¹Departamento de Lingüística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Rua Sérgio Buarque de Holanda, nº. 571
CEP 13083-859 - Campinas - SP – Brasil

rajan@iel.unicamp.br

Abstract: *The aim of this paper is to discuss the role of argumentation in scientific discourse from the perspective of contemporary pragmatics. It considers all knowledge, including scientific knowledge, as socially constructed by members of the relevant community. The force of an argument, it is argued, comes from the socio-historical conditions prevailing at a given moment, and not from the logical rigour of the argument itself. Among other things, this implies that (1) an argument that convinces people at one historical moment may fail to do so at another moment (and vice versa) and (2) the capacity of an argument to convince others is only relative to the historical context in which it is produced.*

Keywords. *argumentation; scientific discourse; rhetoric; pragmatics*

Resumo. *O objetivo deste trabalho é discutir o papel de argumentação no discurso científico a partir de uma perspectiva pragmática. Ele considera todo conhecimento, inclusive o conhecimento científico, como construído socialmente pelos membros da comunidade em questão. A força de um argumento advém das condições sócio-históricas presentes num dado momento e não do rigor lógico do argumento em si. Entre outros aspectos, isso implica que (1) um argumento que convence as pessoas em um dado momento histórico pode deixar de fazê-lo em um outro momento (e vice-versa) e (2) a capacidade de um argumento de convencer as pessoas é tão somente relativa ao contexto histórico em que ele é produzido.*

Palavras-chave. *argumentação; discurso científico; retórica; pragmática*

Há uma crença bastante divulgada entre os desavisados de que o progresso da ciência se dá quando um cientista extraordinariamente dotado consegue propor uma teoria que explica todos os fenômenos que a teoria até então vigente não explicava e mais alguns fenômenos que não eram nem sequer vislumbrados pela teoria, agora superada. Trata-se da concepção linear do progresso da ciência. A despeito de todas as diferenças entre Popper e Kuhn (que não eram poucas), tanto um como outro aderiam, ao que parece, a alguma noção de progresso. Hutcheon (1995: 28), no entanto, assinala que a convergência entre os dois dizia respeito à natureza cumulativa, não necessariamente das teorias sucessivas, mas dos *factos* que elas mobilizariam. Em outras palavras, ambos acreditavam — ou ao menos não duvidavam — de que houvesse um aumento de fatos sob a mira de duas teorias sucessivas.

Embora compartilhasse com Popper e Kuhn a idéia de progresso da ciência, Feyerabend foi contundente ao chamar a atenção para a incapacidade das teorias de recobrirem *todos* os fatos. Em suas próprias palavras,

Nenhuma teoria está em concordância com todos os fatos de seu domínio, circunstância nem sempre imputável à teoria. Os fatos se prendem a ideologias mais antigas, e um conflito entre fatos e teorias pode ser evidência do progresso. Esse conflito corresponde, ainda, a um primeiro passo na tentativa de identificar princípios implícitos em noções observacionais comuns. (Feyerabend, 1989: 77).

Aos poucos, foi se percebendo também que não há um conjunto permanente de fatos a serem explicados pelas teorias. Da mesma maneira que nenhuma teoria dá conta de *todos* os fatos, não é verdade que diferentes teorias procurem explicar os *mesmos* fatos. Os fatos que uma teoria *x* escolhe explicar nem sempre são os mesmos fatos que outra teoria *y* tenta explicar. Afinal, cada teoria tem seus próprios fatos. Isso vem ao encontro da afirmação de Nelson Goodman (1978: 96-7) de que “os fatos são imbuídos de teoria (*theory-laden*); eles são tão imbuídos de teoria quanto gostaríamos que as nossas teorias fossem imbuídas de fatos”. Por sua vez, Hanson havia proposto que o que vemos e percebemos não é o que os nossos sentidos captam, mas o que é antes peneirado pelas informações sensoriais já disponíveis, cujo filtro é constituído pelas nossas crenças e conhecimentos (HANSON, 1958: 171). Com efeito, Goodman, assim como Hanson, rompem com qualquer vínculo direto entre uma teoria e os supostos fatos que ela pretende explicar.

Goodman certamente tinha toda razão a respeito de um detalhe crucial da construção de teorias. Nenhuma teoria visa a explicar fatos que existem independentes dela. Podemos dizer que as teorias, por assim dizer, “criam” seus próprios fatos. Ou seja, ao contrário do que se pensa comumente, quando se passa de uma teoria para outra, o conjunto de fatos na mira do teórico também sofre um deslocamento em outra direção. Esse aspecto da ciência foi magistralmente destacado por Arthur Fine (1996).

Na história de Lingüística, isso pode ser facilmente verificado pela chamada revolução chomskiana. Com a entrada em cena de Chomsky em 1957 (Chomsky, 1957), mudou-se o horizonte da teoria lingüística. Como resume Vivian Cook (2007: 124):

Um recado crucial da *Syntactic Structures* para o futuro foi como o falante individual chega a apoderar-se das regras gramaticais em primeiro lugar. Os lingüistas estruturalistas acreditavam nos “procedimentos de descoberta” que pudessem ser aplicados ao input lingüístico a fim de derivar regras gramaticais. [...] Chomsky argumentou que tais procedimentos são impossíveis de serem alcançados; o melhor que os lingüistas poderiam esperar a obter seria um procedimento para avaliar gramáticas alternativas, não descobri-las.

O que foi realmente notável a partir dessa guinada nas investigações lingüísticas na época foi que os lingüistas deixaram de se preocupar com dados reais, colhidos empiricamente. Os dados passaram a ser produzidos a partir da intuição do próprio investigador. Ou seja, indução cedeu lugar a dedução, o empirismo a favor do racionalismo. Em seu livro *Linguistic Theory in America*, Frederick Newmeyer (1980:36) chega a cobrar do seu correligionário Robert Lees mais ousadia, acusando-o de uma certa “condescendência” em relação ao uso de indução estatística, provavelmente resultante do seu envolvimento anterior com o projeto de tradução mecânica, sediado no MIT. Para Newmeyer, tais tentações mereciam ser definitivamente banidas da Lingüística, uma vez que, no seu entender, não contribuam para uma explanação propriamente dita dos fatos constatados (RAJAGOPALAN, no prelo).

O fato é que devemos ficar atentos a um aspecto importante nesta mudança de um paradigma para outro: não é que, com o advento do novo paradigma, um conjunto de dados muito maior do que no paradigma anterior veio a ser o objeto de análise do lingüista. Na verdade, o que aconteceu foi que a pergunta preliminar “o que é um dado lingüístico?” passou a ser respondida de forma diferente. Em outras palavras, muda-se o paradigma, muda-se também o conjunto de dados a ser “explicado” pela nova teoria. Esse fato em si cria, com freqüência, uma incomensurabilidade irreduzível entre as diferentes teorias envolvidas.

Ponto crucial é que os argumentos arrolados nos parágrafos anteriores acabam abalando também a tese inaugural da Lingüística, segundo a qual haveria uma distinção radical entre o discurso do cientista (no caso, o lingüista) e o do leigo (RAJAGOPALAN, 2004a, b, 2005, 2006). O argumento a favor de o lingüista manter uma distância em relação ao leigo tinha como principal sustentáculo a tese de que os discursos dos dois seriam totalmente incompatíveis. O do primeiro seria a voz da razão científica; o do segundo estaria cheio de “idéias tão absurdas, preconceitos, miragens, ficções” nas palavras de ninguém menos que o próprio Saussure, o Pai fundador da disciplina (SAUSSURE, 1915 [2000]: 14). Assim, o conteúdo da resposta à pergunta “o que é um dado lingüístico”, além de distinguir de forma irreduzível diferentes teorias, passa a excluir radicalmente a opinião do falante.

Essa questão ganhou ainda mais destaque em um livro recente da autoria do lingüista Joshua Fishman, intitulado *DO NOT Leave Your Language Alone!* (Não deixe sua língua desamparada) (FISHMAN, 2006). Para quem conhece um pouco da história recente da lingüística, evidentemente trata-se de um trocadilho em cima de um outro livro — um clássico — chamado *Leave Your Language Alone*, publicado em 1950 pelo lingüista Robert Hall Jr. Escrito no auge do Estruturalismo, o livro de Hall pregava a não-ingerência na língua, sob hipótese alguma. Em nome de um cientificismo de procedência bastante questionável, Hall pleiteava que o lingüista desistisse de qualquer

tentativa de interferir nos rumos de uma língua natural. Nas palavras do gramático Evanildo Bechara (2000) e membro da Academia Brasileira de Letras, o ímpeto por traz dessa atitude

se baseia na idéia muito divulgada no século XIX, e vigente em alguns lingüistas de hoje, segundo a qual, sendo a língua um organismo vivo em perpétua mudança, ninguém deve perturbar essa mudança, mas, ao contrário, deve deixá-la livre em plena liberdade. É o que insinua, por exemplo, o livro do lingüista norte-americano Robert Hall, em 1950, *Leave your language alone (Deixe sua língua em paz)*.

Dito de outro modo, a idéia de que ao lingüista cabe apenas observar, descrever e, na melhor das hipóteses, explicar os fatos da linguagem e jamais interferir neles já não conta com tantos simpatizantes. O recente interesse crescente em torno da política lingüística – entendendo-se, como é o caso, que política lingüística implica levar em conta as opiniões do leigo sobre sua língua – , sintetiza bem o espírito contemporâneo — haja vista a verdadeira enxurrada de títulos publicados nos últimos anos (EDWARDS, 2004, WRIGHT, 2004, SHOHAMY, 2006, RICENTO, 2006, CALVET, 2007, JOSEPH, 2007).

O surgimento do campo de estudo que se convencionou chamar de Sociologia do Conhecimento em oposição ao tradicional Filosofia da Ciência também contribui para a revisão do papel de argumentação em ciência. Recusando-se a entender a História das Idéias como algo desvinculado das condições efetivas nas quais surgem tais idéias, os defensores da Sociologia do Conhecimento (BERGER e LUCKMANN, 1967; BLOOR, 1967; GILBERT e MULKAY, 1984; LATOUR, 1987, LATOUR e WOOLGAR, 1986) vêm insistindo que a própria realidade é construída sociologicamente, sendo portanto passível de sofrer transformações substanciais conforme as mudanças que ocorrem no imaginário científico. Ora, dentro dessa perspectiva, a força de um argumento científico só pode ser avaliada no interior do próprio arcabouço da ciência e, mesmo nesse caso, relativa ao paradigma em jogo (RAJAGOPALAN, 1988, 2002a, b). Mais ainda, os argumentos utilizados por lingüistas em determinados momentos ao longo da história da disciplina derivam sua força das condições específicas que se obtém naqueles momentos históricos e não em outros. Daí a pertinência do seguinte comentário de Itkonen (1996: 471-472) a respeito da sintaxe chomskiana: “Se sua sintaxe tivesse uma ligação um pouco mais estreita com os dados lingüísticos de verdade, seria uma façanha monumental”.

Há exemplos de sobra para ilustrar como as condições históricas determinam argumentos científicos. Pensemos, por exemplo, no famoso argumento utilizado pela lingüística, desde sua re-inauguração como disciplina científica, digamos, a partir de Saussure. Trata-se do argumento de que todas as línguas têm o mesmo grau de complexidade, devendo, portanto, ser consideradas iguais. Podemos dizer que este argumento, quase uma platitude na lingüística contemporânea, já se transformou numa espécie de axioma. Pode-se dizer até mesmo que duvidar dele será considerado politicamente incorreto por muitos. Entretanto, ninguém duvida de que o conhecimento de diferentes línguas do mundo varia em termos do seu “capital simbólico”, para utilizar o famoso termo de Bourdieu (1989). O que torna o argumento dos lingüistas crível (ao menos para seus pares) é que o próprio conceito de língua utilizado é fruto de uma abstração segundo a qual fatores tais como prestígio (ou desprestígio) de quem fala, ou

diferenças de gênero, etnia, classe social, etc. simplesmente não são levados em conta. A questão, portanto, não é se uma afirmação do cientista corresponde ou não aos fatos, ou às percepções. Os fatos da ciência são resultantes de atos performativos praticados pelos cientistas. E a Linguística está repleta de exemplos disso. Como diz McCloskey (1984: 106), “o erro está em pensar que estejamos engajados em atos proposicionais, que são regidos pela lógica formal, quando na verdade estamos engajados — o tempo todo — em atos ilocucionários, que são retóricos”.

Em relação a um outro argumento utilizado corriqueiramente, a saber, o de que as línguas naturais são naturalmente “imunizadas” contra interferência externa (argumento este que serviu de base para o livro de Robert Hall Jr, conforme vimos anteriormente), as seguintes palavras de James Milroy (2004: 99-100) são bastante reveladoras:

[.....] muitas das reivindicações “científicas” que os lingüistas defendem não são realmente científicas. Considere-se, por exemplo, a afirmação de que a língua “pode tomar conta de si mesma”. Esse fato nunca foi demonstrado por uma análise científica objetiva, e evidências indiretas parecem favorecer a visão contrária — de que as línguas não conseguem necessariamente “cuidar de si mesmas”. Por exemplo, há agora toda uma discussão entre os lingüistas acerca da questão da “morte das línguas”, e o fato de que uma língua pode desaparecer sugere que ela nem sempre é capaz de tomar conta de si mesma. Além disso, pode-se supor que, se alguém toma conta de uma língua, esse alguém é o falante e o usuário. Uma língua, sendo uma entidade abstrata, presumivelmente não pode fazer *nada* por si mesma: qualquer tipo de mudança (incluindo empréstimos) requer a interferência dos seus usuários. Conseqüentemente, são os falantes e usuários que devem fazer algo pela língua. Pessoas leigas normalmente acreditam que isso é verdadeiro: parece que só os lingüistas supõem o contrário.

Vê-se, portanto, que é a força da retórica que convence o outro, que “constrói” um argumento como “verdadeiro”. Como dizia Dewey, “as premissas são nada mais que frutos da análise de uma conclusão às suas justificativas lógicas; não há premissas até que haja uma conclusão em primeiro lugar” (DEWEY, 1958: 379).

Agradecimento

Sou grato ao CNPq pela concessão da bolsa de produtividade (Nº. de processo: 304557/2006-4). Agradeço a Tatiana Piccardi pela revisão do texto.

Referências bibliográficas

- BECHARA, Evanildo. A norma culta face à democratização do ensino. 2000. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20000704.htm>. Acesso em: 15 ago. 2007.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas, *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. New York: Anchor, 1967.
- BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery*. London: Routledge, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CALVET, Louis-Jean. *As Políticas Lingüísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.
- CHOMSKY, Noam Avram. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

- COOK, Vivian. Classic Book-Review: Chomsky's *Syntactic Structures* fifty years on. *International Review of Applied Linguistics*. v.17, n.1, p.120-131. 2007.
- DEWEY, John. *Experience and Nature*. Nova Iorque: Dover, 1958.
- EDWARDS, Viv. *Multilingualism in the English-speaking World*. Londres: Blackwell.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Trad. Brasileira. Mota, Octanny S. da e Hegenberg, Leônidas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora Ltda., 1989. Título original. 1975. *Against Method*. Londres: NLB.
- FINE, Arthur. Science made up: constructivist sociology of scientific knowledge. In: GALISON, P.; STUMP, D. (Ed.). *The Disunity of Science: Boundaries, Contexts, and Power*. Stanford: Stanford University Press, 1996. p. 231-54.
- FISHMAN, Joshua. *DO NOT Leave Your Language Alone!* Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2006.
- GILBERT, G. N. & MULKAY, M. *Opening Pandora's Box: A Sociological Analysis of Scientists' Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- GOODMAN, Nelson. *Ways of Worldmaking*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1978.
- HALL, Robert A. *Leave Your Language Alone!* Ithaca: Linguística, 1950.
- HANSON, Norwood Russell. *Patterns of Discovery: An Inquiry into the Conceptual Foundations of Science*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1958.
- HUTCHEON, Pat Duffy. Popper and Kuhn on the Evolution of Science. *Brock Review*, v.4, n.1 e 2, p.28-37, 1995
- ITKONEN, Esa. Concerning generative paradigm. *Journal of Pragmatics*, v.25. n.1. p.471-501, 1996.
- JOSEPH, John E. *Language and Politics*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006.
- LATOUR, Bruno. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, S. *Laboratory life: The Construction of Scientific Facts*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- MCCLOSKEY, D. N. The literary character of economics. *Daedalus*, v.113, n.3, p.97-119. 1984.
- MILROY, James. O lingüista e as atitudes públicas frente à linguagem. In: LOPES DA SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). *A Linguística que nos faz falhar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p.97-100.
- RICENTO, Thomas (org.). *An Introduction to Language Policy: Theory and Method*. Malden, MA, USA: Blackwell. 2006.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. A verdade na/da argumentação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n.35, p.39-48, 1998.
- _____. Science, rhetoric, and the sociology of knowledge: a critique of Dascal's view of scientific controversies. *Manuscrito*, v.XXV, n.2, p.433-464, 2002a.

- _____. Sobre a especificidade da pesquisa no campo da pragmática'. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v.42, p.89-98, 2002b.
- _____. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a lingüística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo lingüístico emergente no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). *A Lingüística Que nos Faz Falhar: Uma Investigação Crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a. p.11-38.
- _____. Resposta aos meus debatedores. In: LOPES DA SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). *A Lingüística Que nos Faz Falhar: Investigação Crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b. p. 166-231.
- _____. Language politics and the linguist. In: FREIRE, Maximina; ABRAHÃO, Maria Helena Viera; BARCELOS, Ana Maria Ferreira (Org.). *Lingüística Aplicada e Contemporaneidade*. Campinas: Pontes, 2005. p. 39-51.
- _____. O fazer (sentido) da Lingüística. In: MARCHEZAN, Renata Coelho; CORTINA, Arnaldo (Orgs). *Os Fatos da Linguagem, Esse Conjunto Heteróclito*. Araraquara: FCL-UNESP, 2006. p.9 – 20.
- _____. A lingüística de corpus no tempo e no espaço: visão reflexiva. In: GERBER, Regina Márcia e VASILÉVSKI, Vera (Org.). *Um Percurso para Pesquisas com Base em Corpus*. Florianópolis: Ed. da UFSC. No prelo.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot. Trad. Bras.: *Curso de Lingüística Geral*. (Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, e Izidoro Blickstein). 22. ed. São Paulo: Editora Cultrix. 1915 [2000]
- SHOHAMY, Elana. *Language Policy: Hidden agendas and new approaches*, London/New York: Routledge, 2006.
- WRIGHT, Sue. *Language Policy and Language Planning. From Nationalism to Globalisation*. Hampshire, UK and New York, USA: Palgrave Macmillan, 2004.

